

# UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E MUDANÇAS SOCIAIS

*University, extension and social change*

Marilúcia Menezes Rodrigues \*

**RESUMO:** *A nova ordem mundial e a globalização representam indicativos de análise para se repensar a posição da universidade frente a uma realidade em transformação. As implicações dessa nova ordem imprimem a necessidade de se repensar as funções da instituição universitária e, em especial da extensão, sobretudo na compreensão desse conceito. Para discutir essas questões, o trabalho pretende, ao retomar as contribuições de Paulo Freire, acentuar a importância do entendimento da comunicação em contraposição à extensão, como fundamental para uma mudança de concepção a fim de se pensar na relação universidade-sociedade.*

**UNITERMOS:** *Nova Ordem Mundial; Mudança Social; Extensão Universitária; Globalização; Comunicação.*

**ABSTRACT:** *A new world order and globalization are used to analyze and rethink the status of the university faced by a changing reality. The implications of this new world order require that the university, as an institution, rethink its function, in particular concerning extension. This research project addresses the issues using Freire's contributions to broaden the discussion emphasizing the importance of communication as fundamental for another view of relationship between the university and society.*

**KEY-WORDS:** *New World Order; Social change; University extension; Globalization; Communication.*

## INTRODUÇÃO

A temática extensão universitária vem ocupando um espaço cada vez maior nas atividades da Universidade. Impossível trabalhar a extensão sem que se proceda a uma

---

\* Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

discussão que tenha como pano de fundo uma visão das grandes transformações impostas pela nova ordem mundial. Essa imposição está afetando de maneira considerável as estruturas mais gerais da sociedade e, portanto, também da Universidade.

Transformações sociais de grande porte e suas conseqüências, por sua vez, estão a exigir da Universidade respostas mais adequadas. Isto não significa que a universidade tenha por essência o cumprimento de um papel puramente adaptativo. É sabido que à educação cabe um papel de adequação pedagógica. A reação à adaptação pode ser compreendida, uma vez que as grandes transformações ocorrem independentemente da universidade e motivadas por diferentes fatores. Contudo, a Universidade não pode ignorar o que está acontecendo no âmbito social. Conhece e reconhece as forças impositivas da nova ordem. Entretanto, esse complexo de forças deve chegar até a Universidade sob um crivo de análise crítica e rigorosa. Na roupagem da nova ordem, sabemos que velhos problemas são mantidos e se apresentam de forma modernizada e atual.

Nesse ponto, a extensão precisa ser (re)vista frente a essas transformações. As diferentes e novas idéias postas pelos tempos atuais terão de ser (re)assimiladas. É necessário que a Universidade, em resposta às mudanças em curso também repense a sua função social.

É compreensível que, uma vez assimiladas as transformações, é necessário que a atitude da Universidade não se deva processar de maneira passiva. Pressupõe-se que pela sua autonomia, a Universidade deva demonstrar concepções alternativas de inserção social, levando em conta a perspectiva de um atendimento à maioria da população.

Alguns parâmetros são, nos tempos atuais, importantes para a compreensão da nova ordem.

De início, a ciência e a tecnologia manifestadas nas representações pela microeletrônica, pela cibernética e pela informática inserem-se no bojo de uma nova revolução industrial. Isso vem demonstrar como a ciência e a tecnologia se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento das pessoas. Percebemos o avanço compreendendo que todo o funcionamento do desenvolvimento industrial dos tempos modernos assenta-se em bases científica e tecnológica. Assim, ciência e tecnologia parecem ter um estatuto organizado e cada vez se caracterizam como num processo de evolução crescente e sistematizado. Tornaram-se peças importantes em todos os níveis: social, político e educacional.

Evidencia-se, dessa forma, que uma das relevantes tarefas da Universidade está posta no sentido de reafirmar a sua tradição, qual seja, a de promover a articulação do ensino com a pesquisa tendo a ciência e a tecnologia como elementos facilitadores de promoção do desenvolvimento. Logo, terá de (re)considerar as transformações presentes,

promovendo, internamente, alterações na sua organização de ensino, na forma da sua ação pedagógica e no aprimoramento de sua bagagem científica de forma ampla e reflexiva.

As implicações e questionamentos sobre a Universidade afetam de forma incisiva também sobre o seu compromisso com a sociedade que, necessariamente, deve promover o desenvolvimento social, sendo capaz de engendrar respostas alternativas para os anseios da maioria da população, contribuindo para a redução da extrema desigualdade social.

Para atender a essa exigência, a Universidade precisa repensar o seu papel nessa relação, levando em conta que:

*O desenvolvimento tem dois aspectos. Por um lado, o mito global de que as sociedades industriais que atingem o bem-estar social reduzem as suas desigualdades extremas e proporcionam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. Por outro lado, a concepção redentora, em que o conhecimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Esta concepção técnico-econômica ignora os problemas humanos de identidade, de comunidade, de solidariedade e da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento continua gravemente subdesenvolvida.<sup>1</sup>*

Vê-se a bipolarização dos segmentos sociais. De um lado são facilitadas as condições de desenvolvimento de uma parcela mínima da população e de outro, coloca em extrema precariedade de isolamento a grande maioria.

Para que se possa avançar na relação universidade-sociedade é fundamental a superação de mudanças impostas, vistas estritamente na ordem econômica. Essa superação poderá ser viabilizada a partir de novas modalidades de concepção na visão de totalidade das relações sociais, políticas e culturais. Nessa proposta, como a Universidade deve trabalhar a extensão?

Questionam-se as formas de atuação da extensão, os trabalhos assistencialistas que a têm caracterizado ao longo de muitas décadas.

---

<sup>1</sup> MORIN, *apud* Soares, 1986, p. 73, citado por Ismar de Oliveira Soares em *Sociedade da Informação ou da Comunicação?* São Paulo: Cidade Nova, 1995.

Se hoje não é possível imaginar a Universidade distante da sociedade, da mesma forma não se pode concebê-la como uma instância que não esteja preocupada com os interesses da sociedade mais ampla.

Nesse contexto, através das funções da Universidade, em especial, a extensão poderá contribuir, em muito, para uma nova perspectiva de colocação de seus trabalhos a serviço dos interesses da grande maioria da população. Portanto, a Universidade promoverá a superação da visão linear da nova ordem, quando compreendida ingenuamente, sem a percepção de que as imposições são conseqüências de um projeto político, deliberado e alicerçado pelos interesses econômicos que dominam o cenário mundial.

Da opção pela transformação, pela inovação, decorre a necessidade da definição de novas formas de enxergar a sociedade, o homem e o mundo.

Profundamente articulada à concepção de um modelo de sociedade mais condizente com a realidade social, ou seja, a uma proposta de extensão voltada para a elevação da qualidade de vida da população, fica bastante atual e pertinente a retomada das contribuições de Paulo Freire, a partir de seus estudos em “Extensão ou Comunicação?”,<sup>2</sup> quando faz uma crítica ao sentido “difusionista” das atividades de extensão desenvolvidas pelas agrônomos e, ao mesmo tempo, retoma criticamente os estudos de comunicação norte-americanos, os quais, no período de 1968, exerciam grande influência na América Latina.

Para Paulo Freire, o termo “extensão” estabelece “uma relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanismo, invasão cultural, manipulação etc.” E acrescenta:

*E todos estes termos envolvem ações que transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, (...) a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações.*<sup>3</sup>

Sob o ponto de vista semântico, Paulo Freire radicaliza e não atribui à palavra o sentido de neutralidade com que, na maioria das vezes, se tenta empregá-la. Isto porque, no seu ponto de vista, a transmissão constitui uma barreira para o conhecimento.

---

<sup>2</sup> FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>3</sup> FREIRE, Paulo. *op. cit.*, p. 22.

*não é o ato do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa dos sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente como sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo reinventá-lo. (...) Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.<sup>4</sup>*

Dessa forma, o conceito de extensão a partir da visão de Paulo Freire, “engloba ações que transformam o homem em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação do mundo”.<sup>5</sup>

Paulo Freire discute o conceito de extensão em oposição ao de comunicação, definindo-o sob duas vertentes: a da transmissão e da manipulação. Esse processo é impulsionado, numa primeira fase, de forma neutra, chegando porém, já na manipulação, sob processos mais normativos que podem se caracterizar numa visão de invasão, de manipulação propriamente ditos. A partir dessas referências é que se pode ver a importância da comunicação, atributo inerente à pessoa humana e que dá significado à vida do próprio

---

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. *op. cit.*, p. 27.

<sup>5</sup> FREIRE, Paulo, *op. cit.*, p. 12.

homem. Assim é que “o homem só se expressa convenientemente quando colabora com todos na construção do mundo comum – só se humaniza no processo dialógico de humanização do mundo”.<sup>6</sup>

Desta forma, a extensão em oposição à comunicação seria o ato de transmitir, de transferir e de invadir. Todas essas manifestações impedem uma comunicação eficaz.

Mais ainda, todos esses atos não oferecem espaços para uma “co-participação” dos elementos envolvidos.

O termo extensão em Paulo Freire, semanticamente tratado, traz um “sentido de base” e um “sentido contextual”. A partir dessas duas formas, a extensão “indica a ação de estender e de estender em sua regência de verbo transitivo relativo, de dupla complementação – estender-se a”.<sup>7</sup>

Apoiando-se nesse conceito podemos entender extensão como a ato de levar conhecimentos e técnicas a alguém.

Paulo Freire apoia-se em estudos profundos de semântica, reforçando-se em contribuições de Trier e Saussure, para a visão de campos lingüísticos. Com esse embasamento, aborda o termo, procurando descobrir as dimensões do seu campo associativo. A conclusão a que chegou teve respaldo em Bally, aluno de Saussure. Bally afirma que é a partir de uma unidade estrutural lingüística que são estabelecidas as relações associativas, as quais vão se desdobrando entre os campos considerados significativos dos vários termos.

Dessa forma, Paulo Freire busca caracterizar o campo associativo, de extensão, descobrindo dez dimensões traduzidas em:

- Transmissão
- Sujeito ativo (o que estende).
- Conteúdo (que é escolhido por quem estende).
- Recipiente (do conteúdo).
- Entrega (de algo que é levado por aqueles que se encontram “além do muro” “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra muros).
- Messianismo (por parte de quem estende).
- Superioridade (do conteúdo de quem entrega).
- Inferioridade (dos que recebem).
- Mecanismo (na ação de quem estende).
- Invasão Cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles

---

6 FREIRE, Paulo *op. cit.*, p.13.

7 FREIRE, Paulo *op. cit.*, p.22.

que levam e que se superpõem à daqueles que passivamente recebem).<sup>8</sup>

Essas dimensões caracterizadas por Paulo Freire evidenciam a ação extensionista, coisificando os homens, impedindo-os de se tornarem agentes transformadores.

O que sua análise pretende evidenciar é que este conceito de extensão “não corresponde a um fazer educativo libertador”. Isso porque as bases semânticas pelo estudo de seu campo associativo evidenciam uma incompatibilidade da extensão ter uma ação educativa libertadora. Ainda mais que está incorporada às dimensões do termo extensão a impossibilidade de uma ação dialógica, considerada por ele o ponto nevrálgico da educação.

A “extensão educativa” para ele apenas tem sentido se a educação assumir como pressuposto básico a prática da liberdade, marcada pela dialogia. Assim é que:

*Educar e educar-se na prática da liberdade, não é estender algo da “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e assim chegam a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.<sup>9</sup>*

Quando se infere ao termo extensão um ato de “levar”, “transferir”, “entregar”, “depositar”, implicitamente está um sentido mecanicista. Este sentido mecânico, resultado da ação de estender torna o conteúdo estático e assegura ao sujeito uma situação de ser passivo.

Paulo Freire lembra que, presente ao processo de “estender”, sugerindo dinamismo, o que prevalece de fato, é que o conteúdo se torna estático. Isto porque em essência, este ato é antidialógico. A partir disso é que se pode compreender a invasão cultural, teoria antidialógica na linguagem freireana, que também está presente no termo extensão. Seu pensamento a este respeito sintetiza-se nestes termos:

---

<sup>8</sup> FREIRE, Paulo *op. cit.*, p. 22.

<sup>9</sup> FREIRE, Paulo *op. cit.*, p. 25.

*Toda invasão cultural sugere (...) um sujeito que invade. (...) O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias situam seus pólos em posições antagônicas. (...) o invasor pensa (...) sobre os segundos, jamais com eles. (...) o invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prestação. Toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade.<sup>10</sup>*

Ao desenvolver as idéias necessárias à compreensão do conceito de extensão, o que Paulo Freire aponta como equívoco, é “estender um conhecimento técnico (...) em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refere o conhecimento (expresso pelos signos lingüísticos) objeto de compreensão mútua”.<sup>11</sup>

Suas reflexões estão centradas numa análise da prática extensionista, em plena execução, com os trabalhos de extensão rural. No entanto, os sentidos de invasão, de transferência e de dominação denunciados por Paulo Freire estão presentes também nas primeiras formulações sobre os objetivos e finalidades da extensão no âmbito da Universidade. Deste modo, a prática extensionista revela-se como o resultado de uma ideologia que pretende conformar o pensamento e ação da *classe dominada*.

A dominação nunca se faz apenas através da violência física, explícita. A dominação ideológica é, sem dúvida alguma, muito mais eficaz. E por quê? Porque coopta os demais setores da sociedade para um projeto de sociedade, principalmente em relação às metas econômicas que irão em última instância, beneficiar amplamente a classe que detém os meios de produção.

Cumprido, diante do exposto, pensar as exigências da nova ordem mundial que estão sendo colocadas à Universidade em termos de novos campos do conhecimento. Cumprido ter presente que, para a superação de uma adequação não crítica ao modelo econômico, social e cultural resultante da globalização, necessário se faz a redefinição do espaço da extensão. Espaço fundamental para viabilizar a integração com a sociedade numa perspectiva de sistematização e de divulgação dos conhecimentos científicos e tecnológicos, permitindo desenvolver capacidades de repensar a forma de extensão sob a concepção de comunicação,

---

10 FREIRE, Paulo. *op. cit.*, p. 41-42.

11 FREIRE, Paulo. *op. cit.*, p.70.



enquanto caminho que possibilita uma prática social transformadora.

É fundamental destacar, sobretudo, que a Universidade deve estar de olhos abertos para as mudanças que a nova ordem mundial está provocando. Mas, para esse olhar, sua posição deverá ser a de redirecionar essas mudanças com objetivos de construir o novo homem e a nova sociedade marcados pela ciência e pela tecnologia. Assim, a Universidade assumirá o seu papel, ou seja, o de recuperar a sua relação social sob uma visão das necessidades humanas coletivas, gerando novas relações sociais que possibilitem que a extensão possa ultrapassar o nível do simples repasse do conhecimento. Isso implica avançar, criar condições de transformar a prática universitária discursiva em práticas universitárias ativas.

Trata-se, sem dúvida, de um grande desafio. Pressupõe mudanças de atitudes, de mentalidade e de práticas. Requer ruptura com velhos conceitos e concepções, uma vez que a ligação Universidade-sociedade, via extensão, recuperará as vivências inseridas no contexto, criando possibilidades de diálogo com as próprias práticas e com as realidades, resgatando as necessidades que dizem respeito às aspirações concretas da sociedade.

É inegável que na nova ordem mundial, a globalização tem um caráter fortemente excludente.<sup>12</sup> A exclusão agride fortemente a concepção de cidadania e reforça as desigualdades.

A extensão, embora considerada como via de ligação entre a Universidade e a sociedade, ao longo dos tempos, não tem conseguido ser o seu prolongamento efetivo de espaço de discussão, de disseminação e de busca de alternativas originais e criativas para os problemas sociais.

No entanto, no momento em que puder ser praticada na perspectiva da comunicação, como sugere Paulo Freire, será esvaziada do seu caráter extremamente assistencialista, fragmentado e desarticulado com as questões sociais mais amplas. Para uma apreensão objetiva dessas questões se requer a visão da perspectiva democrática, visão que garanta o acesso ao conhecimento, à informação e possa contribuir para a organização de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Como mostra Paulo Freire, a comunicação representa um ato de ir e de vir permanente à realidade. Nesse momento, a Universidade leva à sociedade o seu conhecimento e traz dessa sociedade os variados tipos de saberes. É a visão de mão dupla e integradora que nos apresenta o educador, em substituição à postura de mão única e dominadora.

---

<sup>12</sup> Essa característica é apresentada, dentre outros, por Touraine (1995) e Santos (1996).

Assim, o que caracteriza a importância da extensão como função da Universidade, dentro da nova ordem mundial e da globalização, é a possibilidade de, através de suas ações, reafirmar a posição da Universidade no que se refere às respostas urgentes que a sociedade espera para o enfrentamento da competitividade do mundo moderno, tornando possível a humanização do conhecimento produzido no interior da Universidade e a sua transmissão de forma cidadã à grande maioria da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Tecnologia, relações sociais e educação. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, v.105, p. 131-148, abr/jun., 1991.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. *Extensão universitária: conteúdo ideológico e a prática da dominação*. Piracicaba: UNIMEP, 1983. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *A Universidade analisada sob o viés da extensão*. Piracicaba: UNIMEP, 1997. (Tese de Doutorado)

SANTOS, B. Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 8: 61-73, mar., 1981.

TOURAINÉ, Alain. Um mundo em pedaços, a fragmentação progressiva das zonas de influência põe em dúvida o sucesso da globalização. *Folha de São Paulo*, 13 de ago., 1995, p. 5-13.

WARDE, M., PAIVA, V. Anos 90: o ensino superior na América Latina. In: *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papirus, 1994.